

Custo de acordos chega a R\$ 5 bilhões

Para assumir débitos dos Estados, a União tenta aprovar crédito especial ao Orçamento

BRASÍLIA — O controle nos gastos dos Estados, obtido com a renegociação das dívidas, vai ter um custo alto para o governo federal e pode chegar a R\$ 5 bilhões, calculam os técnicos que participam das negociações. Essa é a despesa da União ao assumir as dívidas dos Estados, que passarão a dever ao Tesouro Nacional, pagando juros menores. O governo federal vai honrar a dívida anterior dos governos estaduais.

"Para o setor público como um todo, o custo é nulo, porque o que está sendo assumido pelo governo federal teria de ser pago pelos Estados", justifica o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Ele acredita que haverá até uma redução de custo, já que as dívidas com bancos e outras instituições financeiras, ao serem assumidas pelo governo federal, têm reduções de taxas.

Para assumir as dívidas dos Estados e refinar os governos estaduais, a União tenta aprovar um crédito "especial" ao Orçamento de R\$ 103,3 bilhões. O pedido foi incluído na pauta de convocação extraordinária do Congresso e deve ir para votação nos próximos dias.

Além de desafogar os Esta-

dos, que têm boa parte do Orçamento comprometido pelo pagamento de dívidas, os acordos negociados pelo governo federal obrigam os governos estaduais a um programa de ajuste de despesas, com redução de gastos com pessoal e proibição do aumento nas dívidas. Para evitar que governos e empresas estaduais e municipais fossem buscar dinheiro no exterior, o Conselho Monetário Nacional também criou impedimentos.

Avaliação — Agora é necessária aprovação da Comissão de Valores Mobiliários, e os interessados têm de obter, em empresas internacionais especializadas em classificação de risco, uma avaliação no mínimo igual à concedida ao governo federal. Caso contrário, são obrigados a fazer provisões, reservando depósitos

para cobrir uma possível inadimplência. Depois dessa medida, a prefeitura do Rio foi a primeira a captar empréstimos — US\$ 150 milhões, por três anos, no mercado externo. O governo do Ceará também se prepara para lançar títulos, após ter conseguido uma classificação igual à da República brasileira.

"Quem disse que estávamos interferindo nas administrações estaduais e municipais, ficou com a boca queimando,

pois a prefeitura do Rio mostrou que não era nada disso", comemora o diretor de assuntos internacionais do Banco Central, Gustavo Franco: "Era importante um empréstimo como esse para mostrar que Estado que ajusta contas e faz um programa de austeridade continua com acesso a financiamentos."

Antecipações — Ao firmarem o acordo com o governo federal, os Estados se comprometem a não pedir antecipações de receita orçamentária (ARO), um tipo de financiamento bancário, de custo alto, sobre o qual é menor o controle do Ministério da Fazenda.

Com a limitação e a fixação de tetos para os empréstimos bancários ao setor público, o governo conseguiu reduzir em quase 40% esse tipo de em-

préstimo, que chegava a R\$ 2,5 bilhões em novembro de 1995 e caiu para R\$ 1,4 bilhão em abril de 1997.

As AROs são a principal válvula de escape para os gastos dos municípios, no período eleitoral, mas o aumento do controle sobre bancos estatais, com a privatização de instituições estaduais, deve reduzir ainda mais o uso desse mecanismo, acredita a equipe econômica. (S.L.)

ATÉ CVM
LIMITOU
ACESSO A
DINHEIRO